

HIERARQUIA E EXCLUSÃO SOCIAL NOS QUADROS DO IMPÉRIO LUSITANO: uma análise do perfil econômico dos oficiais de Ordenanças nas Minas setecentista.

Ana Paula Pereira Costa
Mestranda em História pela UFRJ – Bolsista Faperj

Sob a ótica das novas visões acerca do Império Luso, o tema da hierarquia sócio-econômica na América Portuguesa vem sendo palco de muitas investigações. Considera-se que tal sociedade fora construída sob a égide de mudanças sociais e nas suas formas de acumulação de riqueza¹. O caso da capitania de Minas Gerais, e as transformações aí ocorridas ao longo do século XVIII, pode ser um bom exemplo para visualizarmos as premissas colocadas acima.

Internamente esta capitania sofreu um rearranjo interno em sua atividade econômica principal a partir da segunda metade dos setecentos. Com a crise na produção aurífera, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia de Minas, anteriormente ocupado pelo ouro.

A partir deste rearranjo interno, ocorreu também uma alteração no peso das quatro comarcas da capitania tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. A região de Vila Rica, econômica e politicamente dominante até o terceiro quartel do século XVIII, aos poucos vai cedendo lugar para a comarca do Rio das Mortes que passaria a concentrar a maior parte da população livre, da mão-de-obra escrava e da geração de recursos².

¹FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 43.

²A partir de análises que, sem desconsiderar os fatores externos da sociedade colonial, se propunham a privilegiar os fatores internos de seu funcionamento novos questionamentos acerca do mundo colonial passaram a ser feitos, refletindo na historiografia mineira. Desta forma, um debate acerca do mercado interno na região das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX e sua importância para a estruturação da capitania no pós-auge minerador vem ganhando proporções amplas. No primeiro caso destacam-se os nomes de GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985, FRAGOSO, João. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado. Para o caso de Minas Gerais destacam-se: MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais do século XIX”. **Cadernos IFCH-UNICAMP**, nº. 17, 1985, LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais do século XIX. São Paulo Brasiliense, 1988, LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo : símbolo, 1979. MARTINS, Roberto B. **A economia escravista de Minas Gerais no**

A reboque destas mudanças econômicas vinham sendo implementadas transformações sociais ao longo do século XVIII. Constituiu-se uma estratificação social mais complexa com a chegada de imigrantes portugueses e escravos africanos, e com a multiplicação de forros. Estabeleceu-se também uma maior organização social a partir do governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763) no qual ocorreria na capitania um maior desdobramento na urbanização; definição mais pormenorizada do aparelho judicial; efetivação do poder eclesiástico com a criação do Bispado de Mariana³; instalação das Intendências do Ouro nas comarcas dedicadas à mineração e do imposto da capitação⁴; modificação do Regimento Militar com a criação de quatro regimentos de cavalaria de Ordenança por comarca⁵. Em síntese, tem-se a partir do governo de Gomes Freire uma série de medidas elucidativas que contribuem para um maior controle administrativo das Minas Gerais por parte da metrópole.

Todavia, apesar das transformações elucidadas, a hierarquização sócio-econômica permaneceu ao longo de todo o século. Esta deve ser entendida sob o prisma daquilo que João Fragoso denominou de Antigo Regime nos trópicos, ou seja, a partir de critérios que levem em conta as relações sociais em seus vários ângulos ficando as variadas instâncias – culturais, econômicas, políticas – intimamente interligadas. Nesta perspectiva, entendemos que os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, e neste ambiente o cabedal (riqueza material) era visto como meio para sustentar esta “qualidade⁶”.

Nos trópicos, como bem destacou João Fragoso, a elite que dirigia a sociedade colonial consistia em uma “nobreza” diferente da europeia. Não descendiam das melhores casas aristocráticas portuguesas, não viviam de rendas dadas por um campesinato ou pelo rei, nem tampouco seus afazeres se resumiam unicamente à guerra ou à administração da “coisa pública”, como no Velho Mundo. Muitos membros desta elite envolviam-se em atividades mercantis e com o trabalho não sendo isso um elemento que diminuía sua “qualidade”, pelo contrário, serviam para mantê-la. Em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime o poder político e de mando, o prestígio e o *status* vinham em primeiro lugar em termos de definição

século XIX. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, 1980. Para maiores detalhamentos sobre esta questão ver: ALMEIDA, Carla. “Minas Gerais pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica”. In: **Registro**. Ano 2, n. 4, set. 1995/fev. 1996. P. 11-14.

³SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 24-25.

⁴SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 89.

⁵SOUZA, Laura. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.p. 111.

⁶FRAGOSO, João. “Afogando em nomes...”op. cit., p. 43-44.

dos papéis sociais, entretanto não se desconsidera que o enriquecimento influía nos contornos da hierarquia social⁷.

Por todos os motivos expostos, procuraremos a partir de agora definir com maior rigor o perfil e a inserção econômica de alguns oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica no período de 1735 a 1777, para os quais foi possível encontrar inventários *post-mortem*⁸. Em última instância estaremos analisando o processo de estruturação e reprodução deste grupo social privilegiado nos atentando para os mecanismos utilizados por eles para que conseguissem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais e, desta forma, conseguir legitimar e maximizar sua autoridade nas *conquistas*.

Objetivaremos identificar as atividades produtivas nas quais estavam envolvidos, seu padrão de vida e como a riqueza se distribuía entre os diversos ativos que compunham suas fortunas (bens imóveis, escravos, dívidas, etc.). Além disso, procuraremos visualizar o *locus* desta parcela dos oficiais analisados na hierarquia sócio-econômica, agrupando os inventários em faixas de fortunas para entendermos o nível de concentração da economia.

No gerenciamento das práticas econômicas do grupo aqui focado estaremos destacando os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de maximizar ganhos e assim sobreviverem e adaptar-se ao mundo colonial. A partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação⁹.

Entendemos que estes oficiais buscavam melhorar a posição detida no interior da configuração social em que se inseriam pela adoção de certos recursos e estratégias a fim de aumentar seu prestígio e autoridade, sendo isso o valor norteador de suas ações, pois o exercício de autoridade do oficialato dependia do reconhecimento social desta autoridade ou

⁷Idem, p.45-46.

⁸Cabe sublinhar que estaremos trabalhando com o total de 50 nomes de oficiais de alta patente no presente texto, dentre estes conseguimos encontrar inventários *post-mortem* para 22 dos nomes listados.

⁹FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado. p. 258.

seja, para serem reconhecidos como um grupo de “qualidade superior” necessitavam do “consentimento” da sociedade¹⁰.

Para visualizarmos a inserção econômica dos oficiais de Ordenanças na comarca de Vila Rica, o primeiro passo será a apreensão do perfil mais amplo da economia mineira. Alguns traços mais gerais da economia predominante nesta localidade no século XVIII podem ser apreendidos a partir da tese de doutorado de Carla Almeida¹¹.

Trabalhando com inventários *post-mortem*, a referida autora ressalta que a estrutura econômica dessa região era caracterizada pela pequena circulação monetária (o que pode ser constatado pela ínfima presença da variável moedas no patrimônio dos mineiros), fortes mecanismos de acumulação mercantil (visualizados principalmente pela alto percentual de dívidas ativas entre os inventariados) e prática produtiva extensiva (evidenciado pela pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição das fortunas, aliada a grande importância dos bens imóveis e escravos indicando uma economia muito mais dependente de constantes incorporações de terra e mão-de-obra para seu funcionamento do que do aprimoramento técnico). Comparando com nossa amostragem, verificamos que o perfil de acumulação e de investimentos da parcela de oficiais de Ordenanças que estamos analisando se adequa ao perfil estrutural da economia mineira. Senão vejamos:

¹⁰Valor é o que governa o curso dos eventos, ele é identificado por escolhas que se repetem, que adquirem regularidade. Em outras palavras valores são o que as pessoas pensam e como agem sobre certo fim. São julgamentos. Neste sentido ver: BARTH, Fredrik, **Process and form in social life**, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

¹¹ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.

TABELA 1

Composição da riqueza, em libras, nos inventários dos oficiais de Ordenanças da Comarca de Vila Rica por períodos – 1750-1822¹²

CVR		
Setor/Atividade	1750-1779	1780-1822
Escravos	29,15%	25,88%
Bens rurais	9,15%	47,83%
Dívidas ativas	41%	7,97%
Prédios urbanos	8,86%	6,64%
Jóias e Metais preciosos	1,41%	1%
Moeda	3,41%	-
Outros*	7,57%	5,26%
Monte-bruto	21.428,209	15.028,099

*Nesta variável incluem-se objetos como roupas, móveis, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal e de decoração.

Obs.: Foram levantados 9 inventários para o primeiro período e 9 para o segundo. Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor.

Fonte: Inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e da Casa do Pilar de Ouro Preto. Com relação aos inventários anteriores a 1810, convertemos o mil-réis para libras esterlinas a partir de BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação.** Rio de Janeiro: APEC, 1973. p.50-51. Em apenas um caso fizemos a conversão para libras esterlinas com base na tabela de flutuações cambiais do livro de MATTOSO, Kátia de Q. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 254, visto que a partir da data acima citada o mil-réis começou a se desvalorizar crescentemente.

A constatação de uma ínfima presença de moedas, jóias e metais preciosos no patrimônio destes oficiais aponta para uma economia com frágil circulação monetária e baixa liquidez. Tais características não eram exclusivas da capitania de Minas Gerais estando também presentes em outras áreas da América Portuguesa como o Rio de Janeiro¹³.

Constatamos que os bens mais importantes no patrimônio desta pequena parcela de oficiais eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas, ocorrendo entretanto variação significativa no peso de cada uma destas variáveis na composição das fortunas ao longo dos dois períodos enfocados. O investimento em escravos por parte destes oficiais era

¹²Tal delimitação temporal foi escolhida com base no trabalho de Carla Almeida, o qual estamos utilizando como parâmetro comparativo. Segundo a referida autora tal periodização inclui duas distintas fases da economia mineira: a primeira fase (1750-1779) pode ser caracterizada como um período de auge minerador e a segunda fase (1780-1822) é entendida como o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e a agropecuária passou ser o eixo central da economia. Ver: ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 6-7.

¹³Neste sentido ver: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras:** Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX). São Paulo: Cia das Letras, 1997. Ver Também: FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto:** Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

significativo, pois era um investimento possível e acessível às suas fortunas, além de reiterar a diferenciação sócio-econômica entre uma elite e outros homens livres. Percebemos que entre as maiores fortunas predominavam plantéis expressivos. 25% da parcela de oficiais aqui enfocados possuíam mais de 30 escravos, 35% possuía de 10 a 30 escravos. O número de oficiais com plantéis menores de 10 escravos chegava a 35%. Ressalte-se que no conjunto apenas 1 (5%) destes oficiais inventariados não possuíam nenhum escravo denotando que boa parte destes homens revertiam seus investimentos na compra dos mesmos, principalmente aqueles com fortunas acima de 2000 libras. Os dados também mostram o quanto era alta a concentração de escravos em poucas mãos, fato já amplamente relatado pela historiografia sobre Minas¹⁴.

Contudo, nota-se que no decorrer do 1º para o 2º período há uma leve oscilação desta variável entre os bens arrolados. Isto talvez indique que aos oficiais inventariados apresentou-se outras opções de investimentos, onde muitos podiam deslocar seus recursos para outros tipos de negócios. De fato, pela tabela acima, percebemos um acentuado aumento dos bens rurais (terra, animais, instrumentos de trabalho, imóveis localizados em áreas rurais) entre os valores arrolados, e como em Minas o setor rural era também responsável por boa parte da geração de riqueza¹⁵, ao que parece, estes homens não se abstiveram de investir em tal setor. Pelo inventário do capitão-mor José da Silva Pontes, por exemplo, constatamos que este oficial fez ao longo de sua vida grandes investimentos em bens rurais, possuindo assim 3 sítios, 1 fazenda, várias datas de terras minerais, 1 serviço de lavra, roças com milho e feijão plantados, além de vários animais cujo total somava 6:069\$475¹⁶.

Não obstante, nos ativos que compunham o patrimônio destes oficiais presentes na comarca de Vila Rica as atividades creditícias também tinham papel de destaque, o que pode ser visualizado pelo alto percentual de dívidas ativas em suas riquezas. Mesmo considerando uma significativa variação deste setor nos dois períodos, nota-se que era alto o grau de cadeias de financiamento nas quais estes oficiais se envolviam na economia mineira. Através deste sistema tais indivíduos investiam em diversos setores e comandavam vastas redes de créditos.

¹⁴A exemplo ver: COSTA, Iraci del Nero & LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982, p. 40. Dos 3.400 senhores de escravos arrolados, 26 tinham mais de 40 cativos, 06, mais de 60 cativos e 01 mais de 100 cativos (126). Apud: ARAÚJO, Luís António S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)**. Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 29.

¹⁵ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p.182.

O envolvimento nestas redes creditícias deve ser analisado como um recurso utilizado por estes oficiais para maximizarem ganhos, não só econômicos mas políticos, pois a cadeia de endividamento estabelecida por estes homens significava uma relação de subordinação entre os diversos agentes nela envolvidos, formando-se assim redes de poder, onde o crédito aparecia como elemento fundamental de hierarquização no seio deste oficialato, ou seja, era um valioso instrumento de estabelecimento ou consolidação de relações sociais¹⁷. As redes de poder não pressupunham somente relações políticas. Pelo contrário, antes de estruturar a política tais redes organizavam o tecido social, além de interesses econômicos, visto que, em sociedades típicas de Antigo Regime, a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesmo regida por ela¹⁸. Deve-se considerar, pois, que a tentativa de consolidar posições de mando também guiavam as práticas econômicas nesta sociedade. O endividamento era um padrão geral da sociedade mineira e até de outras localidades do centro-sul da América, sendo também, segundo J. Fragoso e M. Florentino, um indicativo da precária liquidez do mercado e sociedade coloniais¹⁹.

Outra variável que obteve destaque entre os bens arrolados refere-se a prédios urbanos, apesar destas terem um valor menor frente às propriedades rurais. No entanto, os investimentos em imóveis urbanos eram feitos sobretudo pelos mais “pobres” destes oficiais, ou seja indivíduos com fortunas abaixo de 500 libras, que tinham como parte substancial de seus patrimônios a posse de casas em algum lugar da cidade. Por exemplo, o capitão João Favacho Roubão, o 2º oficial mais “pobre” de nossa amostragem, possuía como imóvel apenas “*uma morada de casas térreas cobertas de telhas com seu quintal sitas no arraial do Inficionado*” que juntamente com um plantel de 5 escravos, contabilizado em 225\$000 e 1 dívida ativa no valor de 406\$189, constituía-se num dos bens de maior valor da riqueza deste oficial²⁰.

¹⁶CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264 (1800).

¹⁷SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)”. In: BICALHO, M., GOUVÊA, M & FRAGOSO, J (orgs.). **O Antigo Regime nos Tópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 105.

¹⁸GOUVÊA, Maria de F; FRAZÃO, Gabriel & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português”. In: **Topoi: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004, p. 99.

¹⁹FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto...** op. cit. p. 205.

²⁰CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João Favacho Roubão. Códice 49, auto 1119 (1784).

Alguns bens móveis que entraram na contabilização como jóias, roupas, móveis de jacarandá, apetrechos de uso doméstico e decoração (entrando nesta classificação talheres de prata, louças da Índia e do Porto, pinturas, etc.) revelam que estes oficiais valorizavam e investiam em objetos que lhes garantisse o seu “bom tratamento”. As próprias “condições” dos dois termos que compunham a comarca de Vila Rica contribuía para isso: Ouro Preto era capital das Minas Gerais e abrigava as autoridades mais importantes da capitania; Mariana por ser sede do Bispado concentrava um grande contingente de letrados, ocupados tanto em atividades eclesiásticas quanto em cargos administrativos. Os ocupantes de tais cargos tendiam a ser pessoas mais qualificadas e mais habituadas ao “bom tratamento”²¹. Segundo Laura de Mello e Sousa para os homens afortunados das Minas Gerais o luxo cumpria uma função social específica: a de sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando²².

Acreditamos que os oficiais utilizaram-se de todos os mecanismos possíveis para manter-se enquanto autoridade, e se o luxo e a ostentação, eram socialmente reconhecidos pelos *povos* (negros, mulatos, cabras, mestiços, índios, forros, homens brancos livres e pobres) como um recurso legitimador do poder deste oficialato, este soube muito bem utilizá-lo. As roupas, jóias, móveis serviam para ostentar sua condição social, para se distinguirem dos homens comuns e da massa escrava. A sociedade mineira, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, era uma sociedade assentada na nobiliarquia, no reconhecimento social, no prestígio exteriorizado. Daí serem o luxo, a pompa, um padrão de vida suntuoso elementos essenciais na consolidação de uma boa reputação. Vejamos um exemplo. O capitão de Ordenança de Pé do distrito da Gama Tomé Soares de Brito, ao solicitar confirmação da dita patente, argumentava que “*serviu em vários ofícios sempre com boa nota e reputação sendo continuamente chamado para várias diligências, além de ser homem abundante de bens vivendo nobremente*”²³. De fato, ao analisarmos seu inventário aberto em 1804 na Freguesia de São Caetano por seu filho José Soares de Brito, constatamos ser Tomé Soares de Brito um homem muito rico. Foi casado com Isidora Maria do Espírito Santo com a qual tivera dois filhos: o já mencionado José Soares de Brito, padre, e Tomé

²¹ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p.188.

²²SOUSA, Laura M. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.27. Apud. ALMEIDA, Carla. **Homens ricos...** op. cit., p.188.

²³AHU/MG/cx: 76; doc: 30.